

Anistia aplaude, mas pede mais ação de FHC

Ruy Baron

O presidente da secção brasileira da Anistia Internacional, Ricardo Balestreri, elogiou ontem a postura do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, pelo segundo ano consecutivo, usou as comemorações do 7 de setembro para ratificar a posição do País em defesa dos Direitos Humanos. Em visita ontem ao diretor-presidente do **Jornal de Brasília**, Fernando Câmara, Balestreri - que estava acompanhado pelo vice-presidente Márcio Gontijo - disse que o Programa Nacional de Direitos Humanos do governo brasileiro precisa ser implantado, na prática, para conferir credibilidade ao País no exterior.

Entre as medidas necessárias para a implantação do programa, os membros da Anistia Internacional destacaram a federalização dos delitos no Brasil e a tipificação dos crimes de tortura - cuja implantação já existe um projeto de lei tramitando no Congresso. De acordo com o relatório deste ano da Anistia, o Brasil continua enfrentando problemas com chacinas provocadas por grupos de extermínio, além de sérios conflitos com meninos e meninas de ruas, indígenas e com os sem terra.

Balestreri, todavia, destacou que dez estados já adotam a disciplina sobre Direitos Humanos nas suas academias de polícia - aí incluído Alagoas, que constantemente é alvo de críticas sobre a violência policial. O Brasil, inclusive, terá um policial em sua representação seccional da Anistia durante o Encontro Mundial



Balestreri: "Chacinas preocupam"

Sobre Combate à Tortura, programa para novembro, em Londres.

"Aos poucos o Brasil mostra uma disposição muito grande para o problema", disse o presidente da secção brasileira da Anistia Internacional. Ele criticou o contraste em que vive hoje o País: ratifica a Convenção da ONU contra a tortura, mas não tipifica este crime na sua legislação penal.

"O país só tem duas saídas para essa questão: ou muda legislação para punir os que cometem crimes desse tipo, ou então, será melhor não assinar mais os acordos internacionais para evitar o desgaste político que isso causa ao Brasil no exterior", destacou o presidente da secção brasileira da Anistia Internacional.